

BASES ÉTICAS PARA UMA PROPOSTA ECOLÓGICA E POPULAR DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Paulo César Carbonari¹

Resumo: O trabalho pretende sistematizar uma proposta de concepção ecológica e popular de educação em direitos humanos. Parte de uma crítica a uma visão monocultural a partir da qual oferece a alternativa ecológica. No desenvolvimento analisa aspectos da opção monocultural e também as características da alternativa ecológica. Sugere que a opção monocultural é despotenciadora, centrada num saber único, orientada por uma compreensão progressista de temporalidade, não aceita as diferenças, é autoritária e idolátrica. A alternativa ecológica é apresentada como abertura às possibilidades, à interculturalidade, acredita e deseja a transformação das realidades, é dialógica, é cuidadosa e promove o cuidado, se orienta pela responsabilidade, entende a temporalidade como intensa e densa, articula a diversidade de saberes, lida com a incerteza e afirma e se confirma na e em travessia. A alternativa ecológica apresenta bases éticas consistentes para respeitar, proteger e promover os direitos humanos como prática e processo educativo sistemático e permanente: uma educação ecológica e popular em direitos humanos.

Palavras-chave: Ética. Direitos Humanos. Educação. Popular. Monocultura. Ecologia.

ETHICAL BASES FOR AN ECOLOGICAL AND POPULAR PROPOSAL FOR HUMAN RIGHTS EDUCATION

Abstract: The work intends to systematize a proposal for an ecological and popular conception for human rights education. It starts from a critic of a monocultural vision from which it offers an ecological alternative. In development, it analyzes aspects of the monocultural option and also the characteristics of the ecological alternative. It suggests that the monocultural option is disempowering, centered on a unique knowledge, guided by a progressive temporality, does not accept differences, is authoritarian and idolatrous. The ecological alternative is presented as an opening to possibilities, to interculturality, believes and desires the transformation of realities, is dialogic, is careful and promotes care, is guided by responsibility, understands temporality as intense and dense, articulates the diversity of knowledge, it deals with uncertainty and affirms and confirms itself in and across. The ecological alternative presents consistent ethical bases to respect, protect and promote human rights as a systematic and permanent educational practice and process: an ecological and popular education in human rights.

Keywords: Ethics. Human rights. Education. Popular. Monoculture. Ecology.

BASES ÉTICAS DE UNA PROPUESTA ECOLÓGICA Y POPULAR DE EDUCACIÓN EN DERECHOS HUMANOS

Resumen: El trabajo pretende sistematizar una propuesta de concepción ecológica y popular de educación en derechos humanos. Parte de la crítica a una visión monocultural desde la que ofrece una alternativa ecológica. En desarrollo, analiza aspectos de la opción monocultural y también las características de la alternativa ecológica. Sugiere que la opción monocultural es despotenciadora,

¹ Doutor em filosofia (Unisinos, 2015). Militante defensor de direitos humanos no Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). Associado e membro da Associação Filosofia e Liberdade (AFyL Brasil), da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (ReBEDH) e diretor da Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação (ANDhEP). Professor e pesquisador convidado voluntário do Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos da Universidade de Brasília (NEP/CEAM/UnB). E-mail: carbonari.paulo@gmail.com

está centrada em un conocimiento único, orientada por una comprensión progresiva de la temporalidad, no acepta diferencias, es autoritaria y idólatra. La alternativa ecológica se presenta como una apertura a las posibilidades, a la interculturalidad, cree y desea la transformación de las realidades, es dialógica, es cuidadosa y promueve el cuidado, se guía por la responsabilidad, entiende la temporalidad como intensa y densa, articula la diversidad de saberes, trabaja con la incertidumbre y se afirma y se confirma en el cruce. La alternativa ecológica presenta bases éticas consistentes para respetar, proteger y promover los derechos humanos como práctica y proceso educativo sistemático y permanente: una educación ecológica y popular en derechos humanos.

Palabras clave: Ética. Derechos humanos. Educación. Popular. Monocultural. Ecología.

Introdução

Ética é a base que diferencia uma opção monocultural de uma alternativa ecológica. Ética implica ter em questão um projeto de vida. Qual projeto? Em qual perspectiva? Relacionar-se, conviver, realizar são feitos dentro de uma determinada perspectiva que, por sua vez, se orienta por bases de um ou de outro tipo.

O modo de vida ocidental invoca a liberdade como valor fundamental, ainda que por vezes o faça ao modo de uma propriedade privada e para que ela não seja possível para maiorias, prometendo a autonomia ao tempo em que a tolhe, por impedir objetivamente o acesso às condições necessárias a ocupar as oportunidades. Não raras vezes, imensos contingentes se veem premidos na impossibilidade de reproduzir o cotidiano da vida por falta do elementar, a comida. A abundância dos recursos disponíveis é consumida de modo predatório, competitivo e por/para poucos. Resulta em carência, pobreza e morte, já que impede as possibilidades da partilha.

Refletir sobre estas questões, ainda que de modo introdutório, é o desafio desta contribuição que se faz ao modo de ensaio e em diálogo com diversas posições e contribuições individuais e coletivas, ainda que nem todas elas sejam aqui nomeadas ou referidas. Desenha-se como uma proposta para a construção de uma educação ecológica e popular em direitos humanos.

Opção monocultural

O que significa assumir uma opção monocultural? A chamamos “opção” exatamente para frisar que não se trata de uma postura naturalizada e convencional. Orientar-se pela monocultura é fazer uma escolha, nem sempre deliberada e bem discernida, mas é uma escolha. E dizer que é uma escolha, em termos éticos, significa guardar a possibilidade de responsabilização em razão da própria escolha e pelo que vier a ser produzido a partir dela. No intuito de explicitar suas bases, passamos a alguns traços da opção monocultural.

A opção monocultural é despotenciadora. Ela impede que as diversidades sejam cuidadas e preservadas, se desenvolvam e se afirmem. Sua principal tarefa é redutiva. Em nome de um produtivismo primário, vai reduzindo tudo ao que supostamente seria mais fácil e mais rentável, ainda que seus custos em termos sistêmicos, sociais, culturais e ambientais sejam muito altos. A consequência mais imediata é a produção da “não-existência” das alteridades, das outridades, daqueles/as cuja condição e modo de vida não se enquadram no que mimeticamente repete sempre mais do mesmo, as “vidas matáveis”. Ela opera com a força necrófila, ainda que diga fazê-lo para promover a vida. Sim, promover a morte é, para a opção monocultural, um modo de garantir que poucos sigam vivendo, uma vida em risco permanente de extinção, já que sua tarefa primordial é a extinção das espécies e formas de vida que não lhe sejam favoráveis...

A opção monocultural se baseia na afirmação de um padrão de saber e de conhecimento que despreza os saberes que não lhe sejam canônicos, inclusive aqueles que, por algum tempo, até puderam granjear reconhecimento. Sobrevivem aqueles saberes que são funcionais à dinâmica monocultural. O modo único de saber é aquele centrado na ordem e na capacidade de ordenação, de regulação. É um saber que se reconhece como o unicamente melhor, aquele que dá as melhores respostas, ainda que por vezes para perguntas que sequer foram feitas. É o saber que funda o pensamento único, a verdade absoluta, e tem pavor da incerteza e da indeterminação. É saber que se afirma sobre, e que promove o, “epistemicídio” e o “racismo epistêmico”². A redundância é sua principal forma de ser, ainda que invoque o tempo todo o

² Abdias Nascimento escrevia, em *O genocídio do negro brasileiro*, que “Com lei ou sem lei, a discriminação contra o negro permanece difusa, mas ativa” (1978, p. 82) e, logo adiante: “[...] a realidade dos afro-brasileiros é aquela de suportar uma tão efetiva discriminação que, mesmo onde constituem a maioria da população, existem

mantra da inovação: um modo de ser sempre o mesmo, de novo.³ Ele também dá sustentação aos fundamentalismos de todo tipo, por invocar a autorreferência. Para não se afastar de suas crenças, nega-se a aceitar qualquer outro saber – negacionismo. E, dessa forma, desconhece completamente qualquer intercâmbio, possibilidade, alternativa. É fechado ao diálogo, até porque somente seria possível algum diálogo se fizesse o reconhecimento de alguma alternativa.

A opção monocultural é sustentada por uma compreensão progressiva e linear do tempo, como se houvesse uma única possibilidade de viver o tempo e no tempo e esta fosse aquela que empurrasse a marcha do progresso que nunca conhece qualquer reparo, por ser autorreferenciada e triunfal. A locomotiva do tempo linear é des governada por ser vazia. Segue por seguir, desconectada das raízes e das expectativas que lhe podem ser colocadas. Nada sobrevive a ela. O tempo é arrasador e abrasador e nada pode vicejar que não seja para colaborar com o que vale por ora, agora, já, no imediato, do retorno rentável. A memória soa como fraqueza e tentativa de buscar alguma possibilidade outra que não seja o vigente; da mesma forma a utopia⁴. Por isso, melhor acreditar que a história acabou e que não há qualquer motivo para reconhecer relevância histórica a qualquer prática ou a qualquer situação que seja, nem pretérita e ainda menos no porvir. Nem a história e nem a consciência histórica podem persistir por razão simples: sempre vão manter vivas, ainda que por lampejos e citações, as vítimas oprimidas pela marcha triunfal, que seguem, sempre exigindo justiça. Por isso, melhor que sejam esquecidas, mortas fisicamente e mortas eticamente.

A opção monocultural não aceita as diferenças, as diversidades, os/as distintos/as. E o faz de diferentes formas. As diferenças são tratadas ao modo de “ciladas”, como justificativa de produção da desigualdade. O “monoculturalismo” prefere a uniformização, a massificação, o

como minoria econômica, cultural e nos negócios políticos” (1978, p. 83).

³ No *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels, se pode ver que “A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. [...] Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens” (2005, p. 43).

⁴ Enrique Dussel, em *Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão* (2000), entende que a utopia possível está no centro do “Princípio-libertação”, que “É um ‘libertar para’ o *novum*, o êxito alcançado, a utopia realizada” (2000, p. 566).

identitarismo estaque e fechado e, ainda que admita algumas diversidades, o faz sob um pano de fundo que se toma a si mesmo como denominador superior único⁵. Ele necessariamente não tem como lidar com a alteridade e, se por alguma razão ela aparecer, o será como “inimigo”, aquele/a contra quem dirigem-se ataques num confronto bélico típico de uma “epistemologia do caçador”, efetivando uma “racionalidade fascista”. Trabalha, portanto, para a eliminação, submissão, segregação, discriminação, isolamento, indiferença, desprezo, condenação, todas formas de exclusão (*ex-cludere*, fechar para fora, sem chance de entrar) e, se aceita alguma inclusão (*in-cludere*, o faz fechando dentro). A tônica é a “integração” por assimilação, por conquista, como soem sempre fazer os etnocentrismos, ou por separatismo, tão suportado pelos relativismos que, no fundo, são só outra forma de entender a mesma visão estreita e autocentrada.

A opção monocultural é autoritária porque concentra poder, que é exercido de modo que sua expressão única é a lei e a ordem. Trata-se do poder instituído e centralizado, aquele que se manifesta na imposição da vontade única – ainda que seja uma vontade consensuada ou até pactuada por maiorias que, por sua posição supremacista, impõe-se às demais. As práticas de poder deste tipo fazem confundir direitos com privilégios, ou melhor, os privilégios de poucos como se lhes fossem direitos. Elas realizam um modo de ser e de agir “vitimário”,⁶ que não estranha, muito pelo contrário, normaliza, a existência das vítimas do poder e do arbítrio como se fossem necessidade decorrente da própria forma de ser e de viver o poder para oprimir e subjugar. O populismo próprio das posições ultraconservadoras é uma das expressões contemporâneas do autoritarismo tão característico das personalidades,⁷ mas também traço da construção histórica de práticas coletivas e institucionalizadas.⁸ O poder redundava unicamente

⁵ Essa situação se verifica também na tendência monotecnológica, que vai corroendo as bases da pluralidade das sociedades, impondo-lhes modelos tecnológicos supostamente únicos e neutros como aponta Yuk Hui em *Fragmentar el futuro* (2020).

⁶ Trabalhamos as principais características em nossa tese. São: “(1) *naturalização da condição de vítima: vítimas são necessárias e inevitáveis*; (2) *culpabilização daqueles/as que estão na condição de vítimas: vítimas merecem ser vítimas e devem “pagar” por sua culpa*; (3) *impotência daqueles/as que estão na condição de vítimas: vítimas, por elas mesmas, não podem deixar de ser vítimas*” (CARBONARI, 2015).

⁷ Para Rita Segato, o “perfil psicopata”, agente da “pedagogia da crueldade”, se caracteriza, segundo ela: a) pela sua “incapacidade de transformar o derrame hormonal em emoção afeto”; b) sua “necessidade de ampliar constantemente o estímulo para alcançar seu efeito”; c) sua “estrutura definitivamente não vinculativa”; d) sua “pele insensível à própria dor e, conseqüentemente e ainda mais, à dor alheia”; e) sua alienação, encapsulamento, desenraizamento de paisagens próprias e laços coletivos”; f) a “relação instrumental e coisificada com os outros” (2016, p. 102, tradução nossa).

⁸ Lília Schwarcz defende que as atuais desigualdades alarmantes no Brasil demonstram que não conseguimos romper com o passado estruturado na mão de obra escravizada, na divisão latifundiária da terra, na corrupção e no

no exercício da *potestas*,⁹ destruindo as *potências*.

A opção monocultural é idolátrica porque tudo quer reduzir ao culto do “deus” dinheiro, *Mamon*. Alimenta o “desejo de ter sempre mais” e, se para isso for necessário, usurpe-se, tome-se, o que é do/a outro/a. Ele não só quer tudo; quer que tudo seja para ele, inclusive a vida de quem o adora. Nada sobra. A vida vira dinheiro. Consome-se em acumular dinheiro. Mais e mais, concentração. Quanto mais poucos forem os que tiverem muito, assim melhor. Ainda que seja um melhor absurdo, um melhor excessivo, que produz uns poucos empanturrados entre milhões de famélicos. Este modo de viver está contaminado pelo “vírus da desigualdade”.¹⁰ A expressão desta idolatria é a cobiça¹¹. A *confiança* nos bens materiais, na riqueza, no dinheiro, leva a confiar a vida ao que não é gerador de vida, ao que não pode produzir vida. O dinheiro nunca é inofensivo e, por ele, não pode haver limites à acumulação, nem dos bens e nem da vida dos/as outros/as.¹² Mas, quem pratica este culto também é vítima, visto que, além de ficar preso/a a um esforço contínuo e insaciável, é destruído/a em sua interioridade e totalmente alienado/a dos/as outros/as, tornando-se um/a sujeito/a que “se vendeu” e se transformou uma “empresa”, uma propriedade, um “empresário de si”.¹³

patrimonialismo, características do autoritarismo (2019, p. 102).

⁹ Para Enrique Dussel: “A autorreferência, como última instância da *potestas*, é o exercício fetichizado ou corrompido do poder político. [...] A autonominação ou oposição da *potestas* (a aparência fenomênica) da *potentia* (seu fundamento ontológico) é a dissolução da política enquanto tal” (2020, p. 13). E logo adiante: “A política sem princípios normativos produz necessariamente esta alquimia invertida, a *potestas* se transforma em dominação contra a *potentia*, debilitando-a para dominá-la” (2020, p. 19 e p. 49ss).

¹⁰ Os mais ricos do mundo aproveitaram a pandemia para enriquecer: de março a dezembro de 2020, aumentaram em 3,9 trilhões de dólares sua riqueza e, juntos, acumulam 11,95 trilhões de dólares. Por outro lado, a maioria da população do mundo vive com 2 a 10 dólares por dia, segundo a Oxfam em <www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/o-virus-da-desigualdade/>.

¹¹ Os profetas antigos entendiam a cobiça de três maneiras: como injustiça direta, como egoísmo e como fardo da sobrevivência. A primeira e pior delas, é a mais conhecida e a mais referida, e as demais por vezes são reduzidas a ela. Leva a “não respeitar as posses nem a vida do próximo”, a apropriar-se de seus bens, de sua vida. Ela representa a “entrega mais plena e absoluta a Mamon”, a quem leva a render culto com ações como: “oprimir, roubar, fraudar, despejar, tomar terras e casas, escravizar pobres e crianças, aumentar indevidamente os preços de produtos, usar balança que pese inadequadamente, etc.” (SICRE, 1979, p. 153-156).

¹² Roberto Romano diz que o capitalismo, no processo de gerar riqueza, “corrói todos os elementos naturais, todas as formas societárias, todos os valores”. Trata-se “de corrosão virulenta que desfigura as formas naturais e humanas”; o desmanchar é corrosivo. Ou seja, “A burguesia, com seu modo de explorar os elementos naturais para transformá-los em lucro [...], dissolve ininterruptamente o que pode ser explorado para a acumulação dos que se proclamam ‘donos da natureza’ [...]. O corpo dos trabalhadores, os elementos naturais, tudo passa a ser submetido à dissolução, desgaste, corrosão física, biológica, mental” (Entrevista “O pior ano de nossas vidas”, do *Correio da Cidadania*, em 23/12/2020).

¹³ Foucault dizia, em *Nascimento da biopolítica*, cursos de 1979, que a estratégia neoliberal é de construir uma “formalização da sociedade com base no modelo da empresa” (2008, p. 222). O ser humano é reduzido: “*O homo oeconomicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo” (2008, p. 311).

Alternativa ecológica

Alternativa implica sempre em possibilidades outras, preferencialmente não referenciadas no mesmo, e este é o núcleo característico do ecológico. É da constituição do modo de ser ecológico abrir espaços de vida.

A alternativa ecológica afirma a vida que não consome vidas, mas que acontece somente se estiverem dadas em concreto as condições de sua produção, reprodução e desenvolvimento. Trata-se de afirmar a incondicionalidade da vida. A vida é valor (por isso não o tem, o é) e condição de todo valor específico. É por esta razão que não é relativizável, nem mesmo no pior dos contextos, como o de uma pandemia, por exemplo, que põe sob ameaça todos os corpos vulneráveis e ainda mais aqueles que foram precarizados e estão em desamparo em razão da desigualdade, da pobreza, da discriminação e do não reconhecimento. Afirmar a vida é assumir uma posição radical: não há dúvidas de que proteger e cuidar da vida é a ação a ser feita. Mas, não se trata da defesa da vida em sentido genérico e amplo. Trata-se da defesa da vida material, concreta, de cada um/a, de todas as formas e expressões de vida. Uma vida em abundância, vida que se faz realidade na complexidade, profundidade, qualidade e beleza. E vida de todos/as e para todos/as, o que requer ser intransigente na viabilização das condições para que todas as vidas possam permanecer vivas, serem produzidas, reproduzidas e desenvolvidas.

A proteção para fazer frente à condição vulnerável e ao agravamento da precarização¹⁴ precisa ser urgente, suficiente, ampla e pronta. Afirmar, sem hesitar, que “todas as vidas valem”,¹⁵ inclui que vidas negras valem, que vidas das mulheres valem, que vidas indígenas valem, que vidas idosas valem, que vidas não-humanas valem ... e que, por ser desse modo, somente a luta daqueles/as que assim entendem poderá gerar o afastamento daquelas posições que defendem o contrário, por um lado, e a realização, em processo, do impossível, na transformação das realidades concretas, por outro.

A alternativa ecológica reconhece, preserva e promove a *interculturalidade*. Por isso ela não se satisfaz só com multiculturalismos, por mais críticos que sejam. O multiculturalismo pode ser funcional aos liberalismos, pois aceita aquela máxima de que “a minha liberdade (a

¹⁴ Produzida pela desproteção típica das sociedades desiguais e do capitalismo recessivo (BUTLER, 2016).

¹⁵ Consigna de Campanha Nacional promovida pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) no meio da pandemia Covid-19, a partir de maio de 2020. Ver em <http://todasasvidasvalem.mndhbrasil.org/>.

minha cultura, meu modo de ser) vai até onde começa a liberdade dos/as outros/as”, colocando um/a no limite dos/as outras/as. Abre-se espaço para a tolerância como convivência – ela é necessária entre os/as diferentes; ela promove a “coexistência” –, mas não é suficiente, visto que a convivência exige troca, intercâmbio, vida em comum, em diálogo. A interculturalidade é prática de “diálogo intercultural”, construção permanente de dinâmicas de promoção da diversidade, sem universalismos hegemônicos de partida, para afirmar a incompletude e a abertura de cada cultura e de cada modo de ser, que não se funde com os demais, inclusive como modo de resistir às colonizações indevidas. Articular a diversidade, a pluralidade, a pluriversidade, a pluridiversidade e a singularidade é o desafio. A pluralidade não se faz sem o respeito e a preservação das singularidades; do mesmo modo que singularidades participam – não somente são representadas – nas pluralidades. Esta é a aprendizagem ecológica fundamental, lidar o tempo todo com a singularidade e a pluralidade/pluridiversidade, no que se revela o mais profundamente ecológico.

A alternativa ecológica acredita e deseja a *transformação das realidades*, para o que exige, vive e se faz utopia. Mas não como o fim último da história, um determinado ponto que significaria o final desta linha. Antes, pelo contrário, a ideia de progresso ali contida precisa ser aniquilada. A utopia é força que rompe com o determinismo teleológico de um fim triunfal dos conflitos. A história é aberta e, por isso, permanente luta contra todas as formas de opressão e de vitimização, sempre, de novo, luta, “*libertando-se*”. Esta é a força “positiva” da utopia, manter a luta contra a opressão e por justiça às vítimas sempre aberta, e também aberto o anúncio. A utopia poderia ser traduzida na criação das condições para viver as exigências existenciais, o amor à vida, que somente se efetiva como humanização, como prática da liberdade, como práxis de libertação, para desfazer a “totalidade desumanizada e desumanizante”, já que a humanização pede o “desaparecimento da opressão desumanizante”, da coisificação, pela prática de “atos-limites” em vista da inauguração do “inédito viável”. O novo das realidades libertas vai além das situações-limite, mas sempre na relação com elas, ou seja, é aquilo que é viável na realidade histórica, nunca como um salto para fora dela, mas sempre para sua transformação.

A alternativa ecológica é *dialógica*, pois os/as sujeitos/as participantes se colocam na mesma condição e estão dispostos/as a construir juntos/as. Não há prévias a priori determinadas

e sim disposição e abertura para chegar “até onde o diálogo levar”. O *diálogo dialogal* é fecundo pois põe os/as diferentes, os/as distintos/as, em contato, para trocas abertas, para o intercâmbio dinâmico, na gratuidade, sem qualquer tentativa colonialista – ele requer um coração puro e uma mente aberta. O diálogo é uma “exigência existencial”, daí porque nunca coincidirá com sloganização, com verticalidade, com comunicado, com domesticação, com manobra. O diálogo é sempre um acontecimento coletivo, comunitário, e que tem como horizonte engajar os/as sujeitos/as em processos de formação do comum em comum, da libertação pois, ao dizerem sua palavra, pronunciam a vida, o mundo e se comprometem com sua transformação: palavra verdadeira é práxis de libertação, direito, nunca privilégio. É por isso que a alternativa ecológica é dialógica, ato concreto, práxis. O diálogo é exercício do amor ao mundo, do amor à vida, do amor à humanidade, do amor a cada vida.

A alternativa ecológica é *cuidadosa* e promove o cuidado. O cuidado como exercício pessoal do “cuidado de si”, mas também como cuidado solidário que reconhece em todos os seres vivos e não vivos uma comunidade de vida que habita a “casa comum”. Somos moradores/as de um lugar em comum com os/as outros/as, não somos donos/as de coisa alguma, pois que pertencemos a este lugar e nada nos garante, exceto nossa arrogância e prepotência, que ele ou qualquer coisa que nele esteja nos pertence. As posturas sustentáveis e de precaução são desejáveis, visto que nenhum direito legítimo, amplo e profundo pode ser invocado como forma de apropriação consumista e predatória do que está disponível. O melhor a fazer é assumir a condição de “guardião”, que sabe preservar – não acumular –, pacientemente. Isso haveria de nos ajudar a exercitar a “ecologia integral” que identifica em cada bem um “bem comum”, cujo uso e fruição se faz como experiência do “bem viver” em comunidade. O cuidado há que se traduzir também em sensibilidade (*aisthesis*). Ele exige um “saber experiencial” capaz de combinar a crítica com o cuidado, que é sempre artesanal. O cuidado coloca na centralidade de todo o debate a materialidade da vida. Mas, para que o cuidado da vida possa ocorrer, as pessoas precisam aprender a fazer isso concretamente, afinal, “não se defende só com palavras a vida”. Trata-se da construção de hábitos, atitudes, experiências, que se traduzem em processos de grande significado cotidiano. O cuidar de si é também cuidar dos/as outros/as, o que é inseparável, e exige o enfrentamento dos egoísmos, todos, inclusive os mais “virtuosos”, se é que poderia haver alguma virtude neles. Aliás, o cuidar dos/as outros/as redundante determinante

para o cuidado de si. Se não aprendermos esta dimensão, dificilmente o cuidado fará efetivamente sentido.

A alternativa ecológica se orienta pela *responsabilidade*. Ela exige escapar do fatalismo e do determinismo. Para afirmá-la há que se explicitar as razões de ser sujeito/a ético/a. Não se trata de trabalhar na perspectiva da ação perfeita, menos ainda do agente perfeito, ainda que tanto agentes, quanto ações, possam ser aperfeiçoadas. A ação não nasce somente de nexos causais precisos e diretos entre ações e efeitos que levariam a entendê-la como parte funcional de determinado sistema de responsabilidade,¹⁶ ou como parte de um processo de formação de consensos, contrapondo-se aos processos históricos, marcados por dissenso, divergência, confronto.¹⁷ Escapar destas compreensões de responsabilidade é pensá-la na perspectiva do que está fora da ordem do sistema, daquilo que é tido por justo, correto e bom pelo sistema, do que é política, ética e juridicamente sancionado por ele. A responsabilidade em perspectiva ecológica nasce do extrassistêmico, porque quer o que não cabe no sistêmico. Por isso é uma responsabilidade que assume a alteridade, a quem pretende responder, contra todos os sistemas opressores e para colaborar como “libertando-se” das vidas.

A alternativa ecológica exige a *experiência da temporalidade* constitutiva da convivência humana. A temporalidade pode ser um instante autêntico, intenso e breve, revolucionário, raro, descontínuo, imprevisível, nunca completo. Orientar-se pela crença no progresso aberto é uma possibilidade, mas também se pode estar atento e alerta para os regressos nele persistentes ou emergentes. É a atenção aos acontecimentos, realizada nos cotidianos, que pode garantir o registro e, se necessário, as providências de responsabilização. O que é “perder tempo” para certos modos produtivistas e lineares, é aprender a lidar com as temporalidades, não para “reter o tempo” e, sim, para gerar memória e “testemunho”, que se fazem como exercício do tempo no tempo, alimentando a intensidade da vivência para que seja transformada em experiência. As diversas experiências vividas podem ser trocadas em narrativas e diálogos que vão preservando a vida como processo aberto que vai sendo feito no tempo, pelo tempo denso e intenso do aprender com os/as outros/as e dos/as outros/as, de suas

¹⁶ Por exemplo, aquela comum à moral do “bando de ladrões”, tipicamente funcional ao sistema vitimário (Platão) ou aquela inspirada na fábula das abelhas, que propõe que vícios privados são benefícios públicos (Mandeville).

¹⁷ Franz Hinkelammert (2010) condensa na seguinte consigna: “Si yo vivo, tu no vives; y si tu vives, yo no vivo” [“Se eu vivo, tu não vives; e se tu vives, eu não vivo”].

experiências.

A alternativa ecológica entende que os seres humanos são abertos à *espiritualidade* (que não se confunde em religião institucionalizada), parte da vida humana. A saúde mental e a vida emocional estão bastante ligadas à qualidade da vida espiritual. Ela exige também observar que há uma dimensão imaterial que se revela nas diversas dinâmicas de relação entre os seres humanos e desses com o conjunto dos demais. O cultivo da subjetividade, a meditação pessoal e os “exercícios de si” são heranças das tradições dos diversos povos e culturas. O Ocidente moderno negou estas dimensões, jogando-as ao âmbito do privado, do “piegas”, daquilo que deveria ser suplantado pela ciência, pela religião racional, pela tecnologia. Genericamente identificadas como “mitos”, “ideologias”, “atraso”, as dimensões da espiritualidade estariam no âmbito do que escaparia ao que pode ser tratado pela linguagem comum. O “místico” e o mistagógico não são aquilo sobre o que melhor que se pode fazer é guardar silêncio submisso, mas aquilo que alimenta a riqueza e a profundidade do silêncio – e do dizer, mais do que do dito – como exercício de religar, reconectar. A dimensão pessoal e silenciosa do exercício da espiritualidade também tem repercussão na construção pública e dialógica a ser trabalhada, no respeito à diversidade de suas possibilidades.

A alternativa ecológica se orienta por uma compreensão de conhecimento e de ciência cujas raízes vêm de longe, da ancestralidade, que reconhece a *diversidade dos saberes, dos conhecimentos, das sabedorias*. Foge longe de todas as posturas de neutralidade, bem funcionais ao capitalismo, que reduzem ao cálculo de eficiência e que separam fatos e valores. A racionalidade ecológica se ocupa do “sujeito necessitado” e não do ator com um determinado “papel” a representar em situações específicas. Enfrenta as perspectivas colonizadas de compreensão e abre-se para novas perspectivas decoloniais e descoloniais e aos conhecimentos que têm como centralidade a promoção da vida de e para todos/as, em abundância. A possibilidade que se põe é de uma racionalidade ética na qual caibam as mais diversas e todas as formas de conhecimento, de ciência, de vida. Esta racionalidade ética ecológica haverá de emergir da superação da racionalidade vitimária que admite a morte como parte “naturalizada” (ainda que não seja “natural”) e que aceita o “cálculo do suportável”. Não há suportável possível quando se trata da vida, do sujeito necessitado (que é o humano, mas um humano natural, um humano-natureza). Problematizar estas questões é abrir-se para possibilidades outras de ciência

com ética, de uma ética ecológica.

A alternativa ecológica requer lidar com a *incerteza*. Ela foi abolida do universo do conhecimento pela modernidade, que a reconheceu motor para o começo da investigação, mas que deveria ser completamente superada por ela, mediante “ideias claras e distintas”, sobre as quais não pudesse permanecer qualquer dúvida, para chegar a um “saber absoluto”. Toda a ciência moderna se afirmou como produção de leis capazes de explicar descritivamente os fenômenos naturais para dominá-los, tê-los sob controle total. Aceitar a incerteza não é sinônimo de aceitar negligência, negacionismo ou relativismo. A quântica mostra que sua melhor contribuição é sugerir hipóteses explicativas que são razoáveis para dar conta da realidade, mas que nunca são certezas e menos ainda absolutas. Elas são aquelas que melhor sugerem responder aos problemas levantados. Aceitar a indeterminação não significa ausência de verdades ou mesmo de explicações para os fenômenos. Pelo contrário, significa uma posição epistemológica de abertura para as alternativas explicativas e para a permanente busca. Por esta razão é que a incerteza combina com a travessia, não a travessia entre a incerteza e a certeza, mas a travessia como incerteza, como convivência com ela, o que requer humildade, paciência e, acima de tudo, aguçado compromisso com a construção do conhecimento em colaboração.

A alternativa ecológica afirma e confirma a *travessia*. O desejo do infinito, o desejo do impossível, o exercício da imaginação criativa, são fundamentais para manter viva a humanidade e, sobretudo, para que a vida não seja normalizada em práticas desumanizadoras – o que requer exercício das potências para “um outro mundo possível”.¹⁸ A travessia leva a uma margem, aquela que, certamente, será tão mais elaborada, quanto o desejo e a imaginação forem tão mais efetivos e fortes, potentes e animadores. Mas também pode levar a margem alguma, mantendo a travessia permanente. O futuro não está dado, mas também não será inexorável. Será a construção que for sendo feita na travessia. Esta travessia se faz intencionalmente, de modo dialogado, refletido, criticado e em perspectiva humanizadora, ainda que se precise ficar o tempo todo alertas e

¹⁸ Ver as sugestões de dez virtudes para um outro mundo possível de Leonardo Boff: 1) *cuidado essencial*, 2) *sentimento de pertença*, 3) *solidariedade e a cooperação*, 4) *responsabilidade coletiva*, 5) *hospitalidade como dever e como direito*, 6) *convivência de todos com todos*, 7) *respeito incondicional*, 8) *justiça social e igualdade fundamental de todos*, 9) *busca incansável da paz*, 10) *cultivo do sentido espiritual da vida*. Ver o artigo “Pós-Covid-19: que visão de mundo e que valores desenvolver?”. Resumo das “Virtudes para um outro mundo possível” (2005-2006), disponível em <https://leonardoboff.org/2020/05/08/pos-covid-19-que-visao-de-mundo-e-que-valores-desenvolver/>.

vigilantes, pois a regressividade e a barbárie seguem fortes e vigentes, infelizmente. Alimentar o desejo e a imaginação é neste momento tão necessário quanto alimentar-se de realidade.

Para uma proposta de educação ecológica e popular em direitos humanos

A alternativa ecológica respeita, protege e promove a luta para realizar os *direitos humanos*. É por essa razão que ela abriga uma proposta de educação ecológica e popular em direitos humanos. No fundo, a principal diferença entre a opção monocultural e a alternativa ecológica é que a primeira oferece vida em risco e para poucos; enquanto a segunda quer vida em abundância, para todos/as. O compromisso e o engajamento na promoção da alternativa ecológica e a denúncia da opção monocultural abrem espaços para práticas educativas ecológicas em direitos humanos.

A humanidade não é um dado, assim como os direitos; é construção em disputa num contexto desigual e marcado por várias compreensões. Fundamentais são aquelas que apontam para a pluriversalidade, a diversidade, a interdependência e a indivisibilidade dos direitos humanos. A garantia dos direitos humanos exige ampliar sua aprendizagem como agenda de educação popular em direitos humanos.

Aprender direitos humanos é fundamental em todos os momentos, neste atual, ainda mais, para que nenhum dos direitos seja negado, sacrificado ou violado por qualquer razão que seja, e de uma pessoa que seja. Os direitos se radicam na dignidade como sentido próprio do humano, o que não está, de forma alguma, à disposição de qualquer condicionalidade ou seletividade. A dignidade é condição de fundo para os processos e baliza as dinâmicas de afirmação de direitos.

A perspectiva histórico-crítica, popular e libertadora de direitos humanos está em disputa com visões punitivistas, seletivistas e meritocráticas de direitos humanos.¹⁹ Construir direitos humanos é participar como sujeitos/as de direitos de processos coletivos de luta por direitos, o que se faz nas ruas e nos processos sociais diversos. Direitos humanos fazem sentido como práticas ecológicas e de promoção da ecologia.

¹⁹ Trabalhamos mais a fundo estas questões em “*Direitos Humanos: tudo a ver com a nossa vida*”, disponível em <https://cdhpf.org.br/wp-content/uploads/2017/01/DH-tudo-a-ver-com-a-nossa-vida.pdf>. Para a análise crítica das posições conservadoras ver “Os sentidos dos direitos humanos: reflexões nos 70 anos da DUDH” publicado na *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos* (2019).

A educação ecológica e popular em direitos humanos está desafiada a promover a solidariedade e a cooperação, mas também alimentar a indignação. A solidariedade é uma qualidade humana que se orienta pela construção de relações de alteridade e que se afirma como simpatia/empatia – não como um ocupar o lugar do outro, mas como um trocar lugares e afetos com os/as outros/as – com as diversidades e pluralidades, em abertura e aliançamento. Ela contrasta frontalmente com o egoísmo como virtude e com a condenação que o individualismo que lhe dá guarida faz do altruísmo. Há uma necessária e fundamental distinção a fazer em favor do “*amor próprio*” e em detrimento do “*amor de si*”. Ela exige gratuidade, além da reciprocidade. A cooperação não é mediação para manter processos competitivos, mas um modo outro e próprio de ser com os/as outros/as.

A vida se constrói em cooperação, para a qual convergem inclusive as eventuais competições: “Ubuntu²⁰ tio: como uma de nós poderia ficar feliz se todas as outras ficassem tristes?”. Entender que a competição não é o motor da vida e sim a cooperação é o desafio pedagógico para colocar a educação em direitos humanos como formação de sujeitos/as que sejam cooperativos com todas as formas de valorização da vida e se experimentem e experimentem a solidariedade como prática na relação com outros/as humanos/as. Uma educação ecológica e popular em direitos humanos há que promover com força e de diversas formas estas experiências em todos os espaços de aprendizagem, formais e informais.

Alimentar a indignação é também uma necessidade em tempos de ataque brutal à humanidade, em tempos de vigência da “pedagogia da crueldade”. Desenvolver as capacidades para dizer não²¹ a todas as práticas e formas que destroem a vida e os direitos e de denunciar os processos de desumanização são fundamentais. A coragem da verdade, a justa ira, a resistência e a luta contra todas as formas de vitimização e de revitimização são exigências éticas para uma educação ecológica e popular em direitos humanos.

Considerações finais

²⁰ Versão reconstruída da história do significado de Ubuntu em <https://filosofia-africana.weebly.com/>.

²¹ Como sugere Theodor Adorno, em *Educação após Auschwitz* (2003) e é também lembrado por Primo Levi, em *É isto um homem?*, “[...] mas ainda nos resta uma opção. Devemos nos esforçar por defendê-la a todo custo, justamente porque é a última: a opção de recusar nosso consentimento” (1958, p. 55).

A garantia dos direitos humanos exige ampliar sua aprendizagem como agenda, como processo permanente, de educação ecológica e popular em direitos humanos. Nunca se sabe o suficiente e de uma vez sobre os direitos humanos é fundamental. A educação em direitos humanos há que ser prática em todos os momentos históricos, se trégua, para que nenhum dos direitos seja negado, sacrificado ou violado por qualquer razão que seja e, acima de tudo para que cada ser humano possa viver os direitos humanos, com direitos humanos, todos os direitos.

Direitos humanos exigem participar diretamente e ativamente como sujeitos/as de direitos nos processos coletivos de luta por direitos, nas ruas e nos processos sociais diversos. É dessa forma que se poderá experimentar e experienciar os direitos humanos fazem como práticas ecológicas e de promoção da ecologia. Abrir-se à perspectiva da educação ecológica e popular em direitos humanos é, além de ser uma possibilidade pedagógica, também um desafio ético.

Referências

- ADORNO Theodor. Educação após Auschwitz. In: **Educação e Emancipação**. 3. ed. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 119-138.
- ADORNO Theodor. **Estudos sobre a Personalidade Autoritária**. Trad. Virgínia Helena Ferreira da Costa *et al.* São Paulo: UNESP, 2019.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses Sobre o Conceito de História**. Trad. W. N. Caldeira Brandt [Trad. das teses por J. M. Gagnebin e M. L. Müller]. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BOFF, Leonardo. **Virtudes para um outro mundo possível**. Petrópolis: Vozes 2005-2006.
- BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. São Paulo: Ática, 2004.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**. Quando a vida é passível de luto? Trad. Sérgio T. de N. Lamarão e Arnaldo M. da Cunha. Rev. Marina Vargas e Carla Rodrigues. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CARBONARI, Paulo César. “Estou vivo/a”: aprendizagens necessárias do que pode se transformar em experiência... In: PONTEL, E.; CORREIA, F. C.; TAUCHEN, J.; MASS, O. P.; PERIUS, O. (Orgs.). **Diagnóstico do tempo: implicações éticas, políticas e sociais da pandemia**. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2020. p. 501-520.
- CARBONARI, Paulo César. **A potencialidade da vítima para ser sujeito ético: construção de uma proposta de ética a partir da condição da vítima**. Tese (Doutorado em Filosofia). PPG

Filosofia Unisinos, São Leopoldo, 2015.

CARBONARI, Paulo César. Democracia e direitos humanos: reflexões para uma agenda substantiva e abusada. In: BITTAR, Eduardo C. B.; TOSI, Giuseppe (Orgs.). **Democracia e educação em direitos humanos numa época de insegurança**. João Pessoa: UFPB, 2008. p. 10-27.

CARBONARI, Paulo César. Necrofilia: repercussão ética, política e educacional – estudo em Paulo Freire e Erich Fromm. **Revista Espaço Pedagógico**, PPG Educação UPF, Passo Fundo, v. 27, n. 3, p. 734-749, 2020.

CARBONARI, Paulo César. O que se pode esperar da *Laudato Si'*. Um estudo sobre a dimensão ético-política da Encíclica papal. In: SIVIERO, Iltonar; ROSIN, Nilva (Orgs.). **Ecologia Integral: diálogos a partir da *Laudato Si'***. Passo Fundo: IFIBE, 2017. p. 81-111.

CARBONARI, Paulo César. Os sentidos dos direitos humanos: reflexões nos 70 anos da DUDH. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, UNESP, Bauru, v. 7, n. 1, p. 19-32, Jan./Jul. 2019.

CARBONARI, Paulo César. Reflexões sobre ética e ciência: ensaio no contexto de pandemia Covid-19. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, UNESP, Bauru, v. 8, n. 2, p. 55-69, Jul./Dez., 2020.

CARBONARI, Paulo César. Utopia e Libertação: alternativas para fazer possível o impossível!. In: CASTRO, Fabio C. L. de; SERPA, Valentinne (Orgs.). **Filosofia Latino-Americana**. Semana Acadêmica do Curso de Filosofia da PUCRS. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2020. p. 117-136.

CARBONARI, Paulo César. Qual educação em direitos humanos? uma contribuição para pensar os desafios das pautas da educação em direitos humanos no Brasil em travessia. In: CRUZ, Giseli Barreto da; FERNANDES, Claudia; FONTOURA, Helena Amaral da; MESQUITA, Silvana (Orgs.). **Didática(s) entre diálogos, insurgências e políticas**. Rio de Janeiro/Petrópolis: Faperj; CNPq; Capes; Endipe/DP, 2020. p. 269-282.

CARBONARI, Paulo César; SALVETTI, Ésio Francisco. Democracia e autoritarismo: para uma reflexão filosófica sobre o “extermínio legítimo”!. **Revista Veritas**, Porto Alegre, PUCRS, v. 65, n. 3, p. 1-14, Set./Dez. 2020.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DUSSEL, Enrique D. **Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão**. Trad. Jaime A. Clasen *et al.* Petrópolis: Vozes, 2000.

DUSSEL, Enrique D. **Política da Libertação**. Arquitetônica. Trad. Paulo César Carbonari (Coord.) *et al.* Passo Fundo: IFIBE, 2020. Vol. 2.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. O anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista. Trad. Fernando José Fagundes Ribeiro. **Cadernos de Subjetividade**. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 198-200, 1993.

FOUCAULT, M. **A Hermenêutica do Sujeito**. Trad. M. A. da Fonseca e S. T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FRANCISCO. **Carta Encíclica Fratelli Tutti sobre a fraternidade e a amizade social**. Roma: Editora Vaticana, 2020.

FRANCISCO. **Carta Encíclica Laudato Si' sobre o cuidado da casa comum**. Roma: Editora Vaticana, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FROMM, Erich. **O Coração do Homem**. Seu gênio para o bem e para o mal. Trad. Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, p. 25-49, Jan./Abr. 2016.

HAWKING, Stephen W. **Uma breve história do tempo**. Do big bang aos buracos negros. Trad. Maria H. Torres. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

HEISENBERG, W. A. **Imagem da natureza na física moderna**. Lisboa: Editora do Brasil, 1980.

HINKELAMMERT, Franz. **Crítica à Razão Utópica**. Trad. Alvaro Cunha. Rev. H. Dalbosco. São Paulo: Paulinas, 1988 [ver tradução de Silvio Salej Higgins. Chapecó: Argos, 2013].

HINKELAMMERT, Franz. Determinismo y autoconstitución del sujeto: las leyes que se imponem a espaldas de los actores y el orden por el desorden. **Revista Pasos**, DEI, San José, n. 64, p. 27-46, Mar./Abr. 1996.

HINKELAMMERT, Franz. **El sujeto y la lei**. El retorno del sujeto reprimido. Heredia, Costa Rica: EUNA, 2003.

HINKELAMMERT, Franz. **Yo vivo si tú vives**: el sujeto de los derechos humanos. La Paz: ISEAT; La Palabra Comprometida, 2010.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Trad. M. B. Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HUI, Yuk. **Fragmentar el futuro**. Ensayos sobre tecnodiversidad. Buenos Aires: Caja Negra, 2020.

KROPOTKIN, Piotr. **Ajuda mútua**: um fator de evolução. Trad. Waldyr Azevedo Jr. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

LAFUENTE, Antonio. Elogio à potência cognitiva do cuidado. **Outras Palavras**, em 15/05/2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/elogia-a-potencia-cognitiva-dos-cuidados/>. Acesso em: 03 de junho de 2021,

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. Trad. C.E. Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Trad. Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

MARRONE, Domenico. Princípio de precaução”. Trad. Luisa Rabolini. **IHU On Line**, em 09/05/2020. Disponível em: www.ihu.unisinos.br/598762-principio-de-precaucao. Acesso em: 03 de junho de 2021.

MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. 4. reimp. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2005.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Aquille. Necropolítica. **Revista Arte & Ensaio**, Programa de Pós-graduação em Artes Visuais EBA/UFRJ, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina**: auto de Natal pernambucano. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. **Dominação e Resistência**. Desafios para uma política emancipatória. São Paulo: Boitempo, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. Processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ORNELAS ROSA, Pablo (Org.). **Fascismo tropical**: uma cibercartografia das novíssimas direitas brasileiras. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

PANIKKAR, Raimon. Decálogo: cultura e interculturalidad. **Cuadernos Interculturales**, Univ. de Playa Ancha, Chile, v. 4, n. 6, p. 129-130, Sem. I, 2006.

PANIKKAR, Raimon. **Paz e Interculturalidad**. Una reflexión filosófica. Trad. German Ancochea. Barcelona: Herder, 2006.

PANIKKAR, Raimon. Religión, Filosofía y Cultura. **Ilu Revista de Ciencias de las Religiones**, n. 1, p. 125-148, 1996. Reproduzido por Polylog, Foro para la Filosofía

Intercultural (2000),

PIERUCCI, Antonio Flavio. **Ciladas da Diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

PRIGOGINE, Ilya. **O Fim das certezas**: Tempo, caos e leis da natureza. São Paulo: UNESP, 1996.

RAND, Ayn. **A virtude do egoísmo**. Trad. On Line Assessoria de Idiomas. Rev. W. Ling e C. Mendes Prunes. Porto Alegre: Ortiz; IEE, 1991.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SAFATLE, Vladimir. **Psicologias do Fascismo**. Curso ministrado na USP, 2019. Disponível em: [www.academia.edu/39801006/Psicologias do fascismo curso completo 2019](http://www.academia.edu/39801006/Psicologias_do_fascismo_curso_completo_2019) . Acesso em: 20 de maio de 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum**. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007 [Coleção *A Crítica da Razão Indolente*: contra o desperdício da experiência, vol. 1].

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños: Mapas, 2016.

SEGATO, Laura Rita. **Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres**. Puebla: Pez en el Árbol, 2014.

SEGATO, Rita Laura. **Contra-pedagogías de la Crueldad**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SICRE, José Luis. **Los dioses olvidados**. Poder y riqueza en los profetas preexilicos. Madrid: Ediciones Cristianidad, 1979.

SIQUEIRA, Josafá Carlos de. Casa Comum: um conceito interdisciplinar e pluriverso. In: FOLLMANN, José Ivo (Org.). **Ecologia Integral**: abordagens (im)pertinentes. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020. Vol. 1.

SOUZA, Ricardo Timm de *et al.* (Orgs.). **A Tentação Ancestral**: a questão histórico-cultural do tema da Idolatria ao longo dos séculos e sua relevância na contemporaneidade. Porto Alegre: Fundação Fênix, 2020.

SOUZA, Ricardo Timm de. **Crítica da Razão Idolátrica**: tentação de Thanatos, necroética e sobrevivência. Porto Alegre: Zouk, 2021.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Trad.

Regis Barbosa e Karen E. Barbosa. Brasília: UnB, 1991. Vol. I

WEBER, Max. O sentido da “neutralidade axiológica” nas ciências sociais e econômicas. *In*: **Metodologia das Ciências Sociais 2**. Trad. Augustin Wernet. Campinas: Unicamp; São Paulo: Cortez, 1995.

Submissão em: 08-11-2021

Aceito em: 05-12-2022